



BNP PARIBAS

O banco para um mundo em mudança

Banco BNP Paribas Brasil S.A.
CNPJ: 01.522.368/0001-82

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

São Paulo, 21 de março de 2022.
Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de Vossas Senhorias as Demonstrações Financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A. com os respectivos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, relativos ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2021.

Celebração de 25 anos

Em 2021 o Banco BNP Paribas comemorou 25 anos de operação bancária no Brasil. Ao longo desses anos construímos uma instituição que oferece uma vasta gama de produtos e serviços, que emprega aproximadamente 800 colaboradores no país, servindo e apoiando clientes que operam nos mais diversos segmentos.

Covid 19

Ao longo de 2021, o Banco deu continuidade ao seu esforço iniciado no ano anterior em que priorizou um modelo híbrido de trabalho que permitiu a plena manutenção de suas atividades, e atendimento adequado aos seus clientes, além de dedicar atenção especial à saúde e bem-estar de seus colaboradores. Adicionalmente, a instituição aportou cerca de 500 mil reais em ações de assistência direcionadas a populações mais afetadas pela pandemia, visando a melhoria da infraestrutura de saneamento em comunidades carentes e iniciativas de combate à fome em diversos Estados do Brasil.

Gestão de pessoas

No começo deste ano, o BNP Paribas Brasil recebeu o selo *Top Employer* 2022 emitido pelo *Top Employer Institute* para a América Latina. Essa certificação avaliou práticas relacionadas à gestão de pessoas implementadas ao longo de 2021. O Banco obteve avaliação superior a 90% em aspectos como estratégia de negócios e de pessoas, Valores, Ética, Diversidade & Inclusão

e Sustentabilidade. A certificação é o reconhecimento dos esforços empreendidos na construção de um ambiente de trabalho diverso e plural por meio do desenvolvimento de uma série de ações de inclusão de minorias e promoção da equidade de gênero. Também merecem destaque as iniciativas para a difusão de conhecimentos e práticas relacionadas à Sustentabilidade e Inovação.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Sociedade atua no Brasil com uma plataforma diversificada de produtos e serviços voltada ao atendimento de clientes corporativos, institucionais e do segmento de *Wealth Management*. Esse modelo diversificado e capacidade de execução continuou permitindo a Instituição apoiar sua base de clientes com oferta de crédito, acesso a mercados internacionais, *advisory* em fusões e aquisições, produtos de tesouraria e gestão de riscos, serviços de apoio ao comércio exterior, *cash management*, custódia e liquidação.

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. encerrou o exercício de 2021 com lucro líquido de R\$ 355,9 milhões, 8% acima do valor observado no mesmo período do ano anterior.

Transações ESG Compromissos Sociambientais

O Grupo BNP Paribas globalmente e no Brasil, reafirma seu compromisso público com os direitos humanos e com o meio ambiente, e se destaca por uma atuação forte e pioneira em financiamento sustentável, sendo que em 2021 fomos eleitos em conjunto com outras entidades legais do Grupo BNP Paribas na América Latina pelo segundo ano consecutivo o melhor banco para sustentabilidade pela revista *Latin Finance*.

Observamos um crescimento exponencial das nossas transações rotuladas como ESG e finalizamos o ano no *Top 3 do ranking* em emissões de títulos sustentáveis na América Latina. Outro destaque no ano foi o passo relevante em apoio ao combate ao desmatamento na Amazônia

e no Cerrado. Fortalecemos nossa Política Setorial de Agricultura que define 2025 como a meta para os nossos clientes atingirem a meta zero de desmatamento na produção de carne e soja. Todas as nossas políticas de responsabilidade socioambiental estão implementadas por meio de ferramentas que permitem o acompanhamento do nível de desmatamento, a partir de critérios alinhados com os mais altos padrões globais.

Além disso, reiteramos as associações feitas no 1º semestre de 2021. Primeiramente com o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (Cebsds), que reúne 60 dos maiores grupos empresariais do país, reafirmando o engajamento desta Sociedade com negócios voltados para a agenda de sustentabilidade do país. Adicionalmente, a Sociedade integrou em 2021 a Rede Brasil do Pacto Global, liderada pela ONU e considerada a maior iniciativa em cidadania corporativa do mundo. Com essa adesão, reforçou-se o vínculo da Sociedade aos Dez Princípios Universais pautados em direitos humanos, trabalho, meio ambiente e anticorrupção, além de contar com um importante apoio para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Ouidoria

Os atendimentos feitos pela Ouidoria de Clientes desta Sociedade foram todos resolvidos dentro do prazo regulatório. Não houve no período registro de reclamações contra a Sociedade junto ao sistema de registro de reclamações do Banco Central do Brasil. O mesmo aconteceu em relação à Comissão de Valores Mobiliários e demais entidades supervisoras. O Banco BNP Paribas Brasil S.A., através da sua Diretoria, agradece aos seus clientes e colaboradores pela confiança e apoio recebidos, que possibilitaram à Sociedade alcançar os resultados apresentados em suas demonstrações financeiras de 2021.

A Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020
(Em milhares de reais)

ATIVO	NOTAS	31.12.2021	31.12.2020
Circulante e Não Circulante		70.895.389	61.658.894
Disponibilidades		664.679	225.717
Aplicações interfinanceiras de liquidez	(4.2)	8.674.846	6.492.783
Aplicações no mercado aberto		2.119.996	948.993
Aplicações em depósitos interfinanceiros		6.261.925	5.543.790
Aplicações em moedas estrangeiras		292.925	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	(5.1)	22.500.673	19.100.414
Carteira própria		10.154.446	8.660.165
Vinculados a compromissos de recompra		2.075.574	2.823.095
Vinculados à prestação de garantias		2.831.170	1.249.568
Títulos objeto de operações compromissadas com livre movimentação		2.710.000	1.670.249
Instrumentos financeiros derivativos		4.729.483	4.697.337
Relações interfinanceiras		17.402	6.900
Créditos vinculados - depósitos no BACEN		17.402	6.900
Operações de crédito		3.816.864	3.741.675
Setor privado	(6.1)	3.842.772	3.757.671
Setor público	(6.1.2)	6.103	-
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(6.2)	(32.011)	(15.996)
Outros créditos		35.212.973	32.082.981
Carteira de câmbio	(7.1)	31.184.879	28.793.444
Ferendas a receber		70.763	66.646
Negociação e intermediação de valores		41.348	2.797
Títulos e créditos a receber	(6.1)	2.258.464	1.964.666
Ativos fiscais correntes e diferidos	(7.2)	765.895	682.610
Diversos	(7.3)	910.171	799.613
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	(18.547)	(226.795)
Outros valores e bens		7.952	8.424
Despesas antecipadas		7.952	8.424
Permanente		78.666	71.329
Investimentos		32.138	28.301
Participação em controlada no país	(8)	31.762	27.924
Outros investimentos		376	377
Imobilizado de uso		34.282	27.338
Outras imobilizações de uso		80.748	66.432
Depreciação acumulada		(46.466)	(39.094)
Intangível		12.246	15.690
Ativos intangíveis		33.625	32.316
Amortização acumulada		(21.379)	(16.626)
TOTAL DO ATIVO		70.974.055	61.730.223

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto dividendos)

	Capital social	Reservas de lucros Legal	Estatutária	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2019	1.754.606	172.387	874.333	30.285	-	2.831.611
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	(3.134)	-	(3.134)
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	4.824	-	4.824
"Hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	328.750	328.750
Destinações:						
Reserva legal	-	16.437	-	-	(16.437)	-
Reserva estatutária	-	-	213.713	-	(213.713)	-
Juros sobre capital próprio (R\$380,66 por ação)	-	-	-	-	(90.000)	(90.000)
Distribuição de dividendos (R\$36,37 por ação)	-	-	-	-	(6.800)	(6.800)
Saldos em 31 de dezembro de 2020	1.754.606	188.824	1.088.046	31.975	-	3.063.451
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	(167.825)	-	(167.825)
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	92	-	92
"Hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	-	355.958	355.958
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-
Destinações:						
Reserva legal	-	17.798	-	-	(17.798)	-
Reserva estatutária	-	-	198.160	-	(198.160)	-
Juros sobre capital próprio (R\$592,14 por ação)	-	-	-	-	(140.000)	(140.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.754.606	206.622	1.286.206	(135.758)	58.607	3.111.676
Saldos em 30 de junho de 2021	1.754.606	191.909	1.088.046	(107.242)	58.607	2.985.926
Ajuste ao valor de mercado - TVM's	-	-	-	(28.516)	-	(28.516)
Títulos disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	294.266	294.266
Destinações:						
Reserva legal	-	14.713	-	-	(14.713)	-
Reserva estatutária	-	-	198.160	-	(198.160)	-
Juros sobre capital próprio (R\$592,14 por ação)	-	-	-	-	(140.000)	(140.000)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	1.754.606	206.622	1.286.206	(135.758)	58.607	3.111.676

As notas explicativas anexas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco") é uma Sociedade Anônima Fechada com sede domiciliada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1909, 10º andar. O Banco pertence ao Grupo BNP Paribas e tem como seu controlador direto o BNP Paribas S.A., com sede em Paris, França. É a instituição líder do Conglomerado Financeiro e Prudencial perante o Banco Central do Brasil. O Banco está autorizado a operar como banco múltiplo, a desenvolver suas operações por meio das carteiras comercial, de arrendamento mercantil, de câmbio e de investimento.

As Demonstrações Financeiras elaboradas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Diretoria em 15 de março de 2022.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN de acordo com as normas estabelecidas e pela Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 normatizadas pelo BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

A elaboração das Demonstrações Financeiras exige que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, quando for o caso. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem: i) provisão para créditos de liquidação duvidosa; ii) ativos fiscais diferidos; iii) provisão para demandas trabalhistas, fiscais e cíveis; iv) valorização de instrumentos financeiros e v) outras provisões. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade ("IFRS"), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, entretanto, somente alguns foram homologados pelo BACEN - CPC 46 - Mensuração do Valor Justo e o CPC 41 - Resultado por Ação, através das Resoluções CMN's nº 4.748 e nº 4.818. O Banco, na elaboração dessas Demonstrações Financeiras, não adotou o CPC 41 por não ser companhia aberta conforme facultado pelo BACEN e o CPC 46 tendo em vista que a sua completa adoção depende do IFRS 9 ainda não homologado pelo BACEN. Conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068, de 08.11.2001, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados na nota explicativa 5.1 como curto prazo independentemente de suas datas de vencimentos.

Apresentação das Demonstrações Financeiras

A Resolução CMN nº 4.818 e a Resolução BCB nº 2 estabelecem os critérios gerais e procedimentos para a elaboração e divulgação das demonstrações financeiras. A Resolução BCB nº 2 entrou em vigor em 1º de janeiro de 2021, revogando a Circular nº 3.959 e estabelecendo que seus preceitos abrangem as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020, inclusive. Os normativos acima exigiram informações adicionais na apresentação das Demonstrações Financeiras, dentre as quais destacamos:

a) Apresentação por ordem de liquidez e dos saldos comparativos
As contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade. Os saldos entre Circulante e Não Circulante estão demonstradas nas notas explicativas.

O Balanço Patrimonial é apresentado comparativamente à posição patrimonial do final do exercício social imediatamente anterior. Porém as Demonstrações de Resultado, Resultado Abrangente, Mutações do Patrimônio Líquido e Fluxo de Caixa são comparadas com as relativas aos mesmos períodos sociais anterior para as quais foram apresentadas.

b) Notas explicativas

Incluiu das Notas Explicativas: "nº 21.5 Política de Teste de Estresse", e da Nota "3.o) e nº 18.3 Resultado não Recorrente" em atendimento à Resolução BCB nº 02.

c) Outros informações

O Banco, de acordo com a Resolução BCB nº 2, está apresentando a Demonstração do Resultado Abrangente (DRA). O Banco incluiu na nota nº 22 - Gestão de Capital" dados quantitativos relevantes sobre os elementos incluídos na gestão do Capital, bem como a indicação do cumprimento dos limites e requisitos de Capital.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apresentação do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência, que estabelece que as receitas e despesas devem ser incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, sempre simultaneamente quando se correlacionarem, independentemente de recebimento ou pagamento.

As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são apresentadas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As receitas e despesas de natureza financeira são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia

e calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até a data do balanço.

b) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08, incluem recursos em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, com reversibilidade imediata ou com prazo de vencimento original igual ou inferior a 90 dias.

c) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações interfinanceiras de liquidez são apresentadas pelo valor de aplicação, líquidas dos custos de transação incorridos, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

d) Títulos e Valores Mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção da Administração, nas seguintes categorias:

- **Títulos para negociação** - Títulos e Valores Mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. Os títulos classificados como para negociação são apresentados no curto prazo, independente de seu vencimento, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período.
- **Títulos disponíveis para venda** - Títulos e Valores Mobiliários que poderão ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, avaliados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do Patrimônio Líquido - Ajuste de Avaliação Patrimonial - líquido dos efeitos tributários, sendo transferido para o resultado do período quanto da efetiva realização, através da venda definitiva dos respectivos valores mobiliários. Os declínios no valor de mercado dos títulos disponíveis para venda dos seus custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, são refletidos no resultado como perdas realizadas.
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Títulos e Valores Mobiliários para os quais haja intenção ou obrigatoriamente e capacidade financeira da instituição para sua manutenção em carteira até o vencimento. O Banco não possui títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento em 31 de dezembro de 2021 e 2020.

e) Instrumentos Financeiros Derivativos (ativos e passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos são avaliados pelo valor justo, e são classificados, na data de sua aquisição, de acordo com a intenção da administração em utilizá-los como instrumento de proteção "hedge" ou não, conforme a Circular nº 3.082, de 30.01.2002, do BACEN.

As operações que utilizam instrumentos financeiros que não atendam aos critérios de proteção são contabilizadas pelo valor de mercado, com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado.

Os derivativos utilizados para proteger exposições a risco são classificados como "hedge" de acordo com sua natureza:

- **"Hedge" de Risco de Mercado** - são destinados a mitigar os riscos decorrentes da exposição à variação no valor justo do item objeto de "hedge". Os ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados são contabilizados pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, reconhecidos diretamente na demonstração do resultado;
- **"Hedge" de Fluxo de Caixa** - são destinados a mitigar a variação no fluxo de caixa futuro estimado. A parcela efetiva de "hedge" dos ativos e passivos financeiros, bem como os respectivos instrumentos financeiros relacionados, é contabilizada pelo valor de mercado com os ganhos e as perdas realizados e não realizados, deduzidos quando aplicável, nos efeitos tributários, reconhecidos em conta específica de reserva no Patrimônio Líquido. A parcela não efetiva do "hedge" é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

O impacto da marcação ao valor justo dos objetos de "hedge" está demonstrado na nota nº 5.2.4.

f) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são registradas a valor presente, calculadas "pro rata" dia com base na variação do indexador e na taxa de juros contratuais.

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas.

As operações de crédito são classificadas de acordo com o modelo interno que considera o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.662/99 e alterações posteriores do BACEN, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (perda).

As operações classificadas como nível H permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações reconhecidas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. Admite-se a reclassificação para categoria de menor risco quando houver amortização significativa da operação ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto o lucro por ação)

	NOTAS	01.07 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2021	01.01 a 31.12.2020
Receitas da intermediação financeira		1.547.709	2.311.928	4.078.722
Operações de crédito		171.875	224.082	998.643
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		608.340	1.284.489	1.141.372
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		706.074	714.081	414.779
Resultado de operações de câmbio		-	-	1.429.211
Operações de venda ou de transferências de ativos financeiros		61.420	89.276	94.717
Despesas da intermediação financeira		(1.247.871)	(1.679.087)	(3.354.223)
Operações de captação no mercado		(674.157)	(1.003.791)	(865.604)
Operações de empréstimos e repasses		(819.239)	(717.358)	(2.355.197)
Resultado de operações de câmbio		153.451	(34.286)	-
Provisão (Reversão) para créditos de liquidação duvidosa	(6.2)	92.074	76.348	(133.422)
Resultado bruto da intermediação financeira		299.838	632.841	724.499
Outras receitas (despesas) operacionais		171.634	29.037	(108.786)
Receitas de prestação de serviços	(14)	456.658	582.796</	



BNP PARIBAS

O banco para um mundo em mudança

Banco BNP Paribas Brasil S.A.
CNPJ: 01.522.368/0001-82

(Continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

j) Redução ao Valor Recuperável

A redução do valor recuperável dos ativos financeiros e não financeiros - "impairment" - é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa, substanciais, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos financeiros e não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

k) Depósitos, Captações no mercado aberto, Recursos de Aceites e Emissão de Títulos e Obrigações por Empréstimos e Repasses

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

l) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823 de 16.12.2009 e Carta Circular BACEN nº 3.429 de 11.02.2010, da seguinte forma:

- **Ativos Contingentes** - não são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras, exceto quando a existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, usualmente representado pelo trânsito em julgado da ação e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação por outro exatível;
- **Contingências Passivas** - são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras quando, baseada na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação. Os valores das contingências são quantificados utilizando-se modelos e critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada apesar da incerteza inerente ao prazo e valor.
- **Obrigações Legais, Fiscais e Previdenciárias** - referem-se a demandas judiciais onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas Demonstrações Financeiras, e atualizados de acordo com a legislação vigente. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem a dedução das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

m) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para lucros que excederem a R\$240 no exercício e a contribuição social à alíquota de 25% vigente para o período de julho a dezembro de 2021.

Com o objetivo de minimizar os efeitos econômicos globais em virtude da pandemia de Covid-19, foi aprovada a Medida Provisória nº 1.034 em 1º de março de 2021, convertida na Lei nº 14.183 de 14.07.2021 aumentando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido de 20% para 25%, que retornará para 20% a partir de 1º de janeiro de 2022.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, após análise de realização, são calculados sobre as adições temporárias, prejuízos fiscais e base negativa. Os tributos passivos diferidos são calculados sobre as exclusões temporárias e de acordo com a regulamentação em vigor expedida pelo Banco Central do Brasil. Os ativos e passivos tributários diferidos foram constituídos considerando a alíquota consolidada de 45% sobre os créditos tributários pois possuem expectativa de realização a partir de 01.01.2022, ou seja, sem impacto da majoração da contribuição social prevista na Medida Provisória nº 1.034 de 01.03.2021.

n) Garantias Prestadas a Terceiros

As garantias prestadas a terceiros, compreendendo avais, fianças e outros estão registradas em contas de compensação.

o) Resultado Recorrente e não Recorrente

Resultado não recorrente é o resultado que esteja relacionado com as atividades atípicas da instituição e não esteja previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Os resultados não recorrentes estão apresentados na nota nº 18.3.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

4.1. Caixa e equivalentes de caixa

	31.12.2021	31.12.2020
Disponibilidade	664.679	225.717
Aplicações no mercado aberto	2.119.996	948.993
Aplicações em depósitos interfinanceiros	468.534	248.240
Aplicações em moedas estrangeiras	106.018	-
Total	3.359.227	1.422.950

4.2. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	31.12.2021				31.12.2020	
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	Total	Total
Posição Bancada	885	-	-	-	885	196.162
Posição Financiada	2.119.111	-	-	-	2.119.111	752.831
Aplicações em depósitos interfinanceiros	496.220	1.600.313	1.578.317	2.587.075	6.261.925	5.543.790
Aplicações em moedas estrangeiras	-	106.018	186.907	-	292.925	-
Total	2.616.216	1.706.331	1.765.224	2.587.075	6.674.846	6.492.783
Curto prazo	-	-	-	6.087.771	4.162.890	-
Longo prazo	-	-	-	2.587.075	2.329.893	-

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS (ATIVOS E PASSIVOS)

Apresentamos a seguir a composição por tipo de papel, prazo de vencimento, contraparte e indexador dos Títulos e Valores Mobiliários e de Instrumentos Financeiros Derivativos, já ajustados aos respectivos valores de mercado:

5.1 Resumo da classificação dos Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos por categoria e vencimento

Descrição	31.12.2021							31.12.2020		
	Ajuste a mercado		Por Vencimento							
	Valor de custo/contrato	Resultado	Patrimônio líquido	Valor de mercado	Sem vencimento	0-30	31-180		181-360	Acima de 360
Títulos para negociação										
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	52.800	(189)	-	52.611	-	-	19.137	-	33.474	90.635
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1.500.437	888	-	1.501.325	-	394.402	203.996	46.579	856.348	421.347
Notas do Tesouro Nacional - NTN	836.683	(7.761)	-	828.922	-	-	-	27.719	801.203	1.772.703
Cotas de Fundo de Investimento (*)	4.768.225	(24.166)	-	4.744.059	4.744.059	-	-	-	-	3.092.282
Total	7.158.145	(31.228)	-	7.126.917	4.744.059	394.402	223.133	74.298	1.691.025	5.376.967
Títulos disponíveis para venda										
Letras Financeira do Tesouro - LFT	674	-	-	674	-	674	-	-	-	645
Letras do Tesouro Nacional - LTN (**)	2.401.523	(14.279)	(41.968)	2.345.276	-	-	142.287	2.202.989	4.047.830	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN (**)	1.661.058	(9.500)	(154.486)	1.497.072	-	-	-	1.497.072	1.493.038	-
Debêntures (**)	2.539.491	(1.599)	1.051	2.538.943	-	1.031.088	16.163	319.828	1.171.864	1.657.438
Nota Soberana (**)	2.956.252	(46.867)	(34.543)	2.874.842	-	964.818	984.516	925.508	-	1.669.745
Ações em Companhia Fechada	2.128	-	438	2.566	-	-	-	2.566	2.566	-
Cotas FICLB	36.614	-	-	36.614	-	-	-	-	36.614	34.996
CRA	280.698	-	(3.940)	276.758	-	-	-	-	276.758	-
Nota Promissória	1.084.911	-	(13.383)	1.071.528	-	-	106.383	-	965.145	119.852
Total	10.963.349	(72.245)	(246.831)	10.644.273	-	1.995.906	1.107.736	1.387.623	6.153.008	9.026.110
Subtotal de títulos do ativo	18.121.494	(103.473)	(246.831)	17.771.190	4.744.059	2.390.308	1.330.869	1.461.921	7.844.033	14.403.077
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo										
Operações de opções	248.598	(157.204)	-	91.394	-	13	43.237	32.972	15.172	293.477
Operações a termo	2.316.264	154.428	-	2.470.692	-	1.413.034	528.973	289.101	239.584	2.005.349
Operações de "swap"	1.104.349	1.063.048	-	2.167.397	-	82.176	106.416	138.056	1.840.749	2.398.511
Total	3.669.211	1.060.272	-	4.729.463	-	1.495.223	678.626	460.129	2.095.505	4.697.337
TOTAL DO ATIVO	21.790.705	956.799	(246.831)	22.500.673	4.744.059	3.885.531	2.009.495	1.922.050	9.939.538	19.100.414
Curto prazo	-	-	-	14.252.160	-	-	-	-	11.323.447	-
Longo prazo	-	-	-	8.248.513	-	-	-	-	7.776.967	-
Instrumentos financeiros derivativos - Passivo										
Operações de opções	565.772	(319.415)	-	246.357	-	2.893	47.823	62.034	133.607	550.832
Operações a termo	2.326.169	156.257	-	2.482.426	-	1.415.575	532.803	291.205	242.843	2.035.034
Operações de "swap"	1.431.890	1.128.444	-	2.560.334	-	167.957	117.197	268.042	2.007.138	2.809.995
Total	4.323.831	965.286	-	5.289.117	-	1.586.425	697.823	621.281	2.383.588	5.395.861
Curto prazo	-	-	-	2.905.529	-	-	-	-	2.963.529	-
Longo prazo	-	-	-	2.383.588	-	-	-	-	2.432.332	-

(*) Para informações sobre o Fundo de Investimento vide nota 5.3.

(**) Os ajustes a mercado no resultado dos instrumentos classificados como disponíveis para venda foram objetos de "Hedge" de "Risco de Mercado" vide nota 5.2.4.

Os Títulos e Valores Mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo é calculado com base em cotações de preços divulgados pelo mercado, por modelos de precificação, pelo fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para quais a determinação do valor justo pode exigir julgamento ou estimativa por parte da Administração.

5.2 Instrumentos financeiros derivativos

O Banco tem como política administrar os riscos resultantes de operações com derivativos, evitando assumir posições expostas a flutuações de fatores de mercado e operando apenas instrumentos que permitam o controle de riscos.

A maior parte dos contratos de derivativos negociados pela instituição com clientes no Brasil refere-se a operações de "swap", termos, opções e futuros, registradas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

A contabilização é realizada conforme pode seguir:

• **Operações de "swap"** - o diferencial a receber ou a pagar é contabilizado em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriado como receita ou despesa "pro rata" até a data do balanço. O valor justo dos "swaps" é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

• **Operações a termo** - pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência do prazo dos contratos até a data do balanço. O valor justo dos contratos a termo é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pelo mercado.

• **Operações com opções** - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção, e contabilizado como redução ou aumento do custo do bem ou direito, pelo efetivo exercício da opção, ou no resultado, no caso de não exercício. O valor justo das opções é determinado com base em modelos matemáticos, tais como "Black & Sholes", usando curvas de rendimento, volatilidades implícitas e o valor justo do ativo correspondente.

• **Operações de futuros** - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo, sendo apropriado mensalmente como receita ou despesa. O valor justo dos futuros é determinado utilizando-se técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado com base em taxas divulgadas pela B3 (Brasil, Bolsa, Balcão).

5.2.1 Composição do valor nominal dos derivativos por contraparte

	B3 (BRASIL, BOLSA, BALCÃO)				
	SISTEMA CETIP		SISTEMA BM&FBOVESPA		
	Pessoa física	Pessoa jurídica	Instituições financeiras	Investidores institucionais	Câmaras de liquidação
Valor nominal por contraparte	11.593	5.298.677	391.522	5.388.108	11.089.900
Operações com opções	-	2.782.792	87.818	2.515.753	-
Comprada	-	2.515.885	303.704	2.872.355	-
Vendida	11.593	-	-	-	5.703.537
Operações com "swap"	-	15.984.553	26.777.942	47.407.174	105.890
"Swap"	-	15.984.553	26.777.942	47.407.174	105.890
Operações com futuros	-	-	-	-	22.038.925
Comprada	-	-	-	-	10.002.251
Vendida	-	-	-	-	12.036.674
Operações a termo	-	34.916.831	558.871	35.378.917	70.854.619
Comprada	-	15.265.149	558.871	19.530.976	35.354.996
Vendida	-	19.651.682	-	15.847.941	35.499.623
Total	-	-	-	-	194.259.003

5.2.2 Composição do valor nominal dos derivativos por indexador

Composição por indexador	Valor a receber		Valor nominal	
	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2021	31.12.2020
Operações com Opções	91.394	246.357	11.089.900	15.842.516
Compra de opção de:	91.394	5.386.363	7.703.432	-
Compra de Dólar	64.307	2.870.610	4.790.688	-
Venda de Dólar	27.087	2.515.753	2.912.744	-
Venda de opção de:	246.357	5.703.537	8.139.084	-
Compra de Dólar	64.307	2.870.610	4.790.688	-
Compra de Ações	154.906	317.174	433.498	-
Venda de Dólar	27.144	2.515.753	2.912.744	-
Venda de Ações	-	2.154	-	-
Operações com "Swap"	2.167.397	2.560.334	90.275.559	41.579.135
Ações x DI	18.308	236.791	1.336.871	1.937.508
Ações x PRÉ	379.919	3.265	3.248.954	2.002.051
Cupom de Dólar x Cupom de Dólar	237.075	264.938	9.461.159	9.022.747
Cupom de Dólar x Cupom de Euro	4.969	-	109.154	-
Cupom de Dólar x DI	688.315	257.598	17.736.251	10.870.961
Cupom de Dólar x PRÉ	97.432	22.178	2.350.431	2.336.174
Cupom de Euro x DI	4.342	23.897	1.622.697	38.521
Cupom de Euro x PRÉ	-	-	-	153.601
DI x Ações	52.837	-	310.599	323.961
DI x Cupom de Dólar	172.765	664.634	8.511.090	8.872.462
DI x Cupom de Euro	23.897	4.342	1.622.697	251.906
DI x Índice de Preço	-	-	654.024	654.024
DI x PRÉ	351.090	4.911	19.062.389	267.663
Índice de Preço x DI	114.965	-	309.914	309.914
PRÉ x Ações	-	379.845	3.022.010	2.002.051
PRÉ x Cupom de Dólar	21.4			



BNP PARIBAS

O banco para um mundo em mudança

Banco BNP Paribas Brasil S.A.
CNPJ: 01.522.368/0001-82

(Continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, entende que irá auferir resultados tributáveis em até dez anos para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

A expectativa de realização dos créditos tributários em 31 de dezembro de 2021 é:

Projeção	2022	2023	2024	2025	2026	de 2027 até 2031	Total
Créditos tributários	282.152	77.735	10.964	222.559	36.751	11.829	641.990
Saldo em 31.12.2020							545.857

O valor presente dos créditos tributários, em 31 de dezembro de 2021, é estimado em R\$466.273 (R\$430.362 em 12.2020), utilizando-se a taxa média de custo de captação estipulada para os respectivos períodos.

Com base na Resolução CMN nº 4.818 e Resolução BCB nº 02, os Créditos Tributários devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

7.3 Diversos

Apresentamos abaixo a composição de devedores diversos.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Valores a receber de sociedades ligadas	-	222
Devedores diversos - Exterior	273.150	162.757
Devedores diversos - País	8.402	9.372
Adiantamentos diversos	960	6.441
Devedores por depósitos em garantia	627.659	620.821
Total	910.171	799.613
Curto prazo	278.894	178.792
Longo prazo	631.277	620.821

8. INVESTIMENTO EM CONTROLADA NO PAÍS

Apresentamos abaixo a composição do investimento em controlada no país em 31 de dezembro de 2021.

	BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	
	31.12.2021	31.12.2020
Patrimônio Líquido	42.703	37.543
Resultado do período	5.160	(683)
Participação no capital	74,38%	74,38%
Resultado da participação em controlada	3.838	(508)
Valor contábil do investimento	31.762	27.924

Informações relevantes sobre o investimento:

Patrimônio Líquido	42.703	37.543
Resultado do período	5.160	(683)
Participação no capital	74,38%	74,38%
Resultado da participação em controlada	3.838	(508)
Valor contábil do investimento	31.762	27.924

9. DEPÓSITOS

Apresentamos abaixo a captação em depósitos por vencimento existente em 31 de dezembro de 2021:

Descrição	Em quantidade de dias					Total
	Sem vencimento	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	
Depósito à vista	1.109.746	-	-	-	-	1.109.746
Depósito interfinanceiro	-	-	239	191.986	-	192.225
Depósito a prazo	432.908	4.080.583	2.358.332	1.254.931	8.126.754	8.394.144
Depósito em moeda estrangeira	292.432	-	-	-	292.432	297.701
Total	1.402.178	432.908	4.080.822	2.550.318	1.254.931	10.098.561
Curto prazo	-	-	-	-	8.466.226	8.215.213
Longo prazo	-	-	-	-	1.254.931	1.883.348

10. RECURSOS DE ACEITES E EMISSÃO DE TÍTULOS

Apresentamos abaixo a captação em recursos de aceites e emissão de títulos por vencimento existente em 31 de dezembro de 2021:

Descrição	Em quantidade de dias					Total
	0-30	31-180	181-360	Acima de 360	31.12.2021	
Letras Financeiras	92.323	217.491	114.225	1.432.653	1.856.692	1.245.260
Letras de Créditos de Agronegócio	-	29.819	150.128	-	179.947	496.569
Certificado de Operações Estruturadas	6.348	53.581	123.777	718.055	901.761	1.396.308
Total	98.671	300.891	388.130	2.150.708	2.938.400	3.138.137
Curto prazo	-	-	-	-	787.692	1.848.672
Longo prazo	-	-	-	-	2.150.708	1.289.465

11. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

Apresentamos abaixo a composição de Obrigações por Empréstimos e Repasses em 31 de dezembro de 2021:

Descrição	31.12.2021			Total
	Vencíveis até	Encargos	Total	
Obrigações em Moedas estrangeiras	23.10.2024	0,04% a 2,02% a.a.	5.301.841	6.442.565
Obrigações por empréstimos no exterior	18.12.2025	0,72% a 8,20% a.a.	2.077.336	300.888
Operações de Repasses do País - FINAME	-	-	-	1.069
Operações de Repasses do País - FUNCAFÉ	06.11.2023	2,25% a 4,00% a.a.	103.860	76.165
Repasses no Exterior	15.10.2026	0,79% a 12,28% a.a.	2.655.995	2.901.440
Total			10.139.032	9.722.127
Curto prazo			7.079.577	8.923.147
Longo prazo			3.059.455	798.980

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

20.1 Compromissos, garantias e outras responsabilidades

O Banco, observando suas diretrizes de gerenciamento de riscos e considerando a conjuntura econômica atual e os riscos específicos de tais operações, constituiu provisão para perdas no montante conforme quadro abaixo e estão registradas em Outras Obrigações - Provisão para garantias prestadas.

"Rating"	Garantia Prestada				Total
	Fiança bancária	"Performance bond"	Fiança de processos em juízo	"Advance payment bond"	
AA	1.695.316	2.766.838	2.211.360	-	7.273.279
A	1.491.124	144.289	30.929	6.300	1.722.005
B	401.543	218.632	170.187	-	792.926
C	28.087	5.730	-	-	33.817
D	-	2.340	5.636	-	8.235
Total 31.12.2021	3.616.070	3.137.829	2.418.112	6.300	9.794.262
PDD	25.097	13.055	10.170	47	50.222
Total 31.12.2020	3.677.366	3.692.460	2.655.837	166.357	10.705.392
PDD	28.785	19.349	11.446	408	63.295

20.2 Administração de recursos de terceiros

O Banco administra recursos de terceiros por meio de fundos de investimento e de carteiras administradas. O montante de recursos administrados totaliza R\$149.128.500 (R\$116.589.224 em 12.2020).

20.3 Operações vinculadas

Em 31 de dezembro de 2021 as operações de crédito amparadas pela Resolução nº 2.921/02 e normas posteriores estavam representadas:

Descrição	31.12.2021			31.12.2020
	Ativo	Passivo	Variação cambial	
Operação de crédito - Empréstimo	2.587.565	-	-	2.806.500
Empréstimos no exterior	-	(2.587.565)	(23.557)	(2.848.350)
Total	2.587.565	(2.587.565)	(23.557)	(31.850)

20.4 Transações com partes relacionadas

20.4.1 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O Banco é administrado por uma Diretoria formada por um Diretor-Presidente e Diretores. A remuneração atribuída à Diretoria no exercício representa benefícios de curto prazo de R\$23.400 (R\$23.273 em 12.2020) e benefícios de longo prazo de R\$5.900 (R\$4.806 em 12.2020) e para o segundo semestre de 2021 de R\$9.501 e R\$4.775, respectivamente. Não existem benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo ou remuneração em ações.

20.4.2 Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento a deliberação nº 642/2010 da Comissão de Valores Mobiliário - CVM e Resolução nº 3.750/2009 do Conselho Monetário Nacional - CMN. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado. As transações com partes relacionadas nas empresas do Grupo BNP Paribas estão demonstradas, conforme quadro abaixo:

Descrição	31.12.2021		31.12.2020	
	Ativo/Passivo	Receita/Despesa	Ativo/Passivo	Receita/Despesa
Aplicação/Captação em Depósitos interfinanceiros	5.836.129	138.505	5.381.599	446.684
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	5.836.129	138.505	446.684
Aplicações em moedas estrangeiras	292.925	(1.086)	-	7.211
BNP Paribas - País	Controladora	292.878	-	4.585
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	47	(1.086)	2.626
Aplicações/Obrigações em operações compromissadas	(4.995.701)	(153.999)	(3.558.699)	(70.971)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(4.869.483)	(151.057)	(74.305)
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(126.218)	(2.942)	(3.645)
Carteira de câmbio	(164.387)	(371.083)	59.946	701.144
BNP Paribas - País	Controladora	(160.433)	(359.471)	690.574
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	-	(5)	(169)
Grupo Arval	Parte Relacionada	-	(25)	(72)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(3.953)	(12.083)	9.395
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	-	260	236
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(1)	241	(158)
Cotas de fundos de investimentos	4.744.059	599.370	3.092.282	(88.182)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	4.744.059	599.370	3.092.282
Depósitos a prazo	(131.980)	(6.025)	(84.546)	(1.726)
Grupo Arval	Parte Relacionada	(131.980)	(6.025)	(83.681)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	-	-	8
Depósitos a vista	(94.327)	-	(77.650)	-
BNP Paribas - País	Controladora	(7)	-	(5)
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	(230)	-	(220)
Grupo Arval	Parte Relacionada	(1.544)	-	(2.631)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(92.436)	-	(74.750)
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	(93)	-	(19)
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	(17)	-	(25)
Derivativos a Receber/(a Pagar)	(448.809)	(1.227.045)	(173.816)	525.894
BNP Paribas - País	Controladora	(1.524)	-	-
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(447.285)	(1.225.521)	(173.816)
Devedores/Cretores diversos	280.062	812.438	156.341	156.166
BNP Paribas - País	Controladora	270.218	791.817	152.620
Grupo Arval	Parte Relacionada	81	666	107
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	9.763	16.825	3.614
Grupo CARDIF	Parte Relacionada	-	2.034	1.491
Grupo Cetelem	Parte Relacionada	-	1.096	-
Disponibilidade em moeda estrangeira	4.947	(480.940)	21.368	(522.854)
BNP Paribas - País	Controladora	(10.648)	9.092	5.973
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	15.595	(490.032)	15.395
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio a Pagar	(118.999)	-	(85.099)	-
BNP Paribas - País	Controladora	(118.999)	-	(85.099)
Investimento em controlada no País	31.762	3.838	27.924	508
BNP Paribas Asset Management Brasil Ltda.	Controlada	31.762	3.838	27.924
Obrigações por empréstimos e repasses	(8.258.587)	(578.936)	(9.644.893)	(1.926.508)
BNP Paribas - País	Controladora	(8.000.045)	(581.648)	(6.993.629)
Grupo BNP Paribas	Parte Relacionada	(258.542)	2.712	(2.651.264)

12. OUTRAS OBRIGAÇÕES

12.1 Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	115.716	286.372
Provisão para impostos e contribuições diferidos (*)	100.604	162.639
Total	216.320	449.011
Curto prazo	216.320	449.011

(*) Provisão para impostos e contribuições diferidos está relacionada com o ajuste a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos no montante de R\$100.604 (R\$162.639 em 12.2020), tendo a variação como contrapartida de R\$28.737 no patrimônio líquido (R\$64 em 12.2020) e R\$33.298 no resultado (R\$87.828 em 12.2020).

12.2 Dívida Subordinada - Resolução CMN nº 4.192/13

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Dívida subordinada	1.602.440	978.120
Dívida subordinada (Perpétua)	656.926	-
Total	2.259.366	978.120
Curto prazo	54.197	34.196
Longo prazo	2.205.169	943.924

A dívida subordinada pela Resolução CMN nº 4.192/13 está representada por recurso captado via contrato de empréstimo no valor de US\$70 milhões equivalentes a R\$459.747 (R\$451.058 em dezembro 2020), já acrescido dos juros de 6,89% a.a., incorridos até 31 de dezembro de 2021 vencíveis até janeiro de 2026.

Em 2021 foram efetuadas novas captações representadas por recursos captados via contrato de empréstimo nos valores de US\$100 milhões e US\$105 milhões equivalentes a R\$566.200 e R\$576.493, já acrescidos dos juros de 4,10% a.a. e 3,37% a.a., incorridos até 31 de dezembro de 2021 com vencimentos em janeiro de 2031 e janeiro de 2032, respectivamente.

Em dezembro de 2021 houve uma nova captação de dívida perpétua representada por recursos captados via contrato de empréstimo no valor de US\$118 milhões equivalente a R\$656.926, já acrescido dos juros de 4,56% a.a., incorridos até 31 de dezembro de 2021, aguardando a aprovação do Banco Central do Brasil - BACEN.

12.3 Diversas

Apresentamos abaixo a composição de diversas.

Descrição	31.12.2021	31.12.2020
Valores a pagar à sociedade ligada	2.389	3.079
Provisão de despesas de pessoal	226.998	165.166
Provisão para despesas administrativas	57.173	57.448
Impostos e contribuições a recolher	64.253	42.244
Outras	10.044	6.972
Total	360.857	274.909
Curto prazo	319.828	255.800
Longo prazo	41.029	19.109

12.3.1 Movimentação dos passivos contingentes

Apresentamos abaixo a movimentação dos passivos contingentes.

|--|



BNP PARIBAS

O banco para um mundo em mudança

Banco BNP Paribas Brasil S.A.
CNPJ: 01.522.368/0001-82

(Continuação)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 e semestre findo em 31 de dezembro de 2021

(Em milhares de reais)

- Cenário de "Choque Negativo": aumento do USD spot em 15% e da volatilidade implícita do câmbio em 300%; aumento de juros em BRL na curva até 2 anos em 200bps e na curva de 2 anos até 20 anos em 250bps; aumento paralelo na curva de cupom em 250bps; aumento paralelo na curva de cupom de IPCA em 250 bps; e aumento do spread dos bônus do tesouro em 50 bps.

Impactos dos cenários de estresse:

Cenário	Impacto sobre resultados antes de impostos (milhões de BRL)	Impactos diretos sobre Capital (milhões de BRL)
Choque positivo	3	75
Choque negativo	71	(54)

21.6 Outros Riscos Relevantes

Também são considerados Riscos Relevantes: risco de variação das taxas de juros para os instrumentos classificados na carteira bancária ("banking book"), definido como risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição para os instrumentos classificados na carteira bancária; risco socioambiental, definido como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais; e risco de compliance. Os riscos considerados como relevantes são identificados, mensurados, avaliados, monitorados, reportados, controlados e mitigados. O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

22. GESTÃO DE CAPITAL

A estrutura de gerenciamento de capital abrange as instituições do Conglomerado Prudencial do BNP Paribas Brasil e é efetuada através do Comitê de Monitoramento de Capital.

Comitê de Monitoramento de Capital

A principal função do Comitê de Monitoramento de Capital é auxiliar as Diretorias Estatutárias no cumprimento de suas responsabilidades de gerenciamento de capital de cada Entidade e do Conglomerado. O CMC é coordenado pela área de Finance do Banco BNP Paribas, entidade líder do Conglomerado.

As atribuições do Comitê de Capital abrangem os itens a seguir:

- Monitorar e controlar o capital mantido pelo Conglomerado.
- Avaliar a necessidade de capital face aos riscos incorridos pelo Conglomerado.
- Recomendar anualmente às Diretorias:
 - Plano de capital de acordo com os objetivos estratégicos do Conglomerado.
 - Plano de contingência de capital.
- Incorporar resultados do programa de teste de estresse nos planos de capital.
- Propor recomendações sobre a Política de Gestão Integrada de Riscos e Capital ao Comitê de Riscos.
- Validar anualmente a destinação de resultados a ser proposta ao *Group Finance - Gestion Financière* (matriz).
- Enviar para aprovação ou ao conhecimento da Diretoria Estatutária quaisquer fatos que os membros julgarem relevante bem como os requisitos regulatórios que necessariamente devem passar pela Diretoria Estatutária.

CAPITAL REGULATÓRIO - LIMITES DE BASEILEIA

Segue demonstração do Capital Regulatório para atendimento do limite de Basileia.

	31.12.2021	31.12.2020
Patrimônio de Referência - PR (*)		
Nível I	4.100.915	4.518.961
Capital Principal	4.100.915	4.518.961
Nível II	1.115.046	426.336
Total PR	5.215.961	4.945.297
Exigibilidades para cobertura dos Ativos Ponderados pelo Risco		
De Crédito	29.221.729	30.107.890
De Mercado	5.580.806	4.492.120
Operacional	4.636.215	4.974.127
Ativos ponderados pelo risco	39.438.750	39.574.137
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	3.155.100	3.165.931
Margem em relação ao Patrimônio de Referência Mínimo Requerido	2.060.861	1.779.366
Índice da Basileia (PR/RWA)	13,2%	12,5%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	10,4%	11,4%
Índice do Nível I (NI/RWA)	10,4%	11,4%

(*) Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial.

O PR nível II está composto por uma dívida subordinada de US\$100 milhões, emitida em julho de 2020, cuja aprovação do Banco Central ocorreu em 26 janeiro de 2021 e por outra dívida subordinada de US\$105 milhões, emitida em 14 de setembro de 2021, cuja aprovação do Banco Central ocorreu em 30 de novembro de 2021.

A dívida subordinada de US\$70 milhões emitida em 17 de dezembro de 2015, mencionada na nota 12.2, deixou de compor o nível II do PR, conforme aprovação do Banco Central em 30 de novembro de 2021.

O relatório completo sobre a gestão integrada de riscos e capital está disponível no endereço eletrônico (brasil.bnpparibas).

23. OUTROS ASSUNTOS

23.1 Efeitos da Pandemia Covid-19

Como em 2020, a área de Risco do BNP Paribas revisou exaustivamente a carteira de crédito e não foram identificados riscos adicionais relevantes causados pela pandemia, portanto, o aumento nas provisões sobre a carteira de crédito não decorre diretamente de impactos do Covid-19. Embora a economia brasileira já venha mostrando sinais de retomada, esse monitoramento exaustivo continuará dado que os efeitos da crise na economia ainda não são totalmente conhecidos. As despesas adicionais relacionadas à pandemia não impactaram significativamente os resultados do exercício de 2021 graças à gestão eficiente dos custos da operação.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram eventos após a data de balanço que poderiam requerer divulgação ou resultar em ajustes materiais às demonstrações financeiras.

Marcelo Marques Sellan - Contador - CRC 1SP213451/O-8

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - SEGUNDO SEMESTRE DE 2021

Os membros do Comitê de Auditoria, em atendimento às disposições regulamentares vigentes e de seu Regulamento Interno de 14 de julho de 2004, apresentam relatório de suas atividades desenvolvidas no segundo semestre de 2021, no âmbito do Banco BNP Paribas Brasil S.A. (BNP Paribas BR).

O Comitê de Auditoria da Instituição é um órgão estatutário e foi instituído pela Assembleia Geral Extraordinária de 29 de abril de 2004. Este Comitê é composto atualmente por quatro membros, sendo três deles Diretores da Sociedade e por um membro externo, independente, que ocupa o cargo de Presidente.

O Comitê de Auditoria é responsável por avaliar a transparência e a qualidade das demonstrações financeiras, a efetividade do ambiente de controles internos da Sociedade e das suas Auditorias Interna e Externa. As suas análises e conclusões são baseadas única e exclusivamente nas informações recebidas dos organismos de controle existentes na Instituição. Não há trabalhos de campo realizados pelos membros desse Comitê.

Merece registro o fato de que as atividades do Comitê, a exemplo do que ocorreu desde sua implantação, foram livremente conduzidas por seus membros sem que qualquer obstáculo tenha sido oferecido ao livre e independente encaminhamento de suas atividades, seja pela Direção da Sociedade, seja por qualquer de seus prepostos. Adicionalmente, ambas as auditorias, interna e externa, atestaram ter executado seus trabalhos no período sem qualquer tipo de obstáculo, que receberam todas as informações em tempo e forma solicitadas, não tendo sido identificadas por ambas quaisquer dificuldades ou restrição criada por parte dos representantes da Sociedade à execução de seus trabalhos.

Com o objetivo de avaliar a efetividade dos processos de controles internos da Instituição, o Comitê de Auditoria recebeu relatórios contendo avaliação sobre a qualidade dos controles executados pelas primeiras e segundas linhas de defesa da Sociedade bem como o atendimento das recomendações formuladas por sua Auditoria Interna, Auditores Externos e pelos órgãos de Supervisão. Baseado nessa avaliação, o Comitê de Auditoria concluiu que a Instituição continua a dispor de processos de controles internos compatíveis com o volume e complexidade de seus negócios.

O Comitê de Auditoria também se reuniu com a Auditoria Interna, ocasião em que pôde constatar sua independência tanto em termos hierárquicos, quanto na execução de seu trabalho. Com base nos resultados dos trabalhos realizados pela Auditoria Interna que, entre outros, avaliam a efetividade dos sistemas e processos de governança, cumprimento da legislação, gerenciamento de risco, e controles internos e responsabilidades das gerências, o Comitê concluiu também que a Auditoria Interna continua a demonstrar eficiência no atendimento de seus objetivos. A respeito, o Comitê aprovou o Plano da Auditoria Interna para o ano de 2022.

Com referência a Resolução 4.557 do Conselho Monetário Nacional, o Diretor responsável pela estrutura de gerenciamento de riscos e esclareceu ao Comitê de Auditoria que não identificou durante o segundo semestre de 2021 riscos que pudessem impactar de modo relevante as demonstrações financeiras.

Em relação a Covid-19, a Comitê de Auditoria recebeu informações sobre os esforços da Sociedade iniciados em 2020 e mantidos durante todo o ano de 2021, priorizando a construção de um modelo

híbrido de trabalho, com o objetivo de manter as atividades da Sociedade em pleno funcionamento, com atendimento adequado aos seus clientes, além de aprimorar programas voltados à saúde e bem-estar de seus colaboradores.

O Comitê de Auditoria através de discussões com o Contador responsável e membros do departamento de Contabilidade da Sociedade, bem como com a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda., recebeu todas as explicações esperadas acerca das demonstrações financeiras do segundo semestre de 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, bem como em relação às demonstrações financeiras elaboradas no formato IFRS, (normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo "IASB-International Accounting Standards Board"), tendo o Comitê de Auditoria, em conjunto com os Auditores Externos, concluído que as referidas demonstrações financeiras apresentavam consistência e uma visão verdadeira e justa das atividades da Sociedade durante o ano de 2021, consistentes com o ano de 2020, razões pelas quais recomenda à Diretoria Executiva a aprovação das demonstrações financeiras da Sociedade encerradas em 31 de dezembro de 2021, as quais serão objeto de publicação e divulgação no prazo legal.

São Paulo, 15 de março de 2022.

BANCO BNP PARIBAS BRASIL S.A.
Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Banco BNP Paribas Brasil S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco BNP Paribas Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de

caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (Bacen).

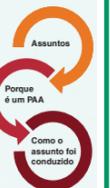
Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos



Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
<p>Mensuração da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD)</p> <p>Conforme divulgado nas Notas 3(f) e 6.2, a determinação do valor da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa é um processo que requer julgamento e utilização de critérios na determinação do risco de crédito por parte da administração e leva em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional (CMN) e alterações posteriores do BACEN. A classificação de risco dos clientes é atribuída por meio da utilização de modelo interno da administração. Essa é uma área que continua a ser definida como foco de auditoria, pois o uso desse julgamento na apuração do valor da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa poderia resultar em variações significativas na estimativa dessa provisão.</p>	<p>Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento e a execução de testes de controles relevantes relacionados ao processo de concessão de crédito e operações renegociadas. Efetuamos, também, em base amostral, (i) testes a fim de observar a integridade da base de dados utilizada para o cálculo da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, (ii) análise da metodologia descrita em política para atribuição dos níveis de risco ao cliente, (iii) recálculo da provisão com base nessas atribuições de risco e no atraso das operações e (iv) confronto dos saldos contábeis de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa com os relatórios analíticos. Realizamos também outros testes em atendimento aos requerimentos da Resolução nº 2.682/99 do CMN, bem como avaliamos os aspectos relacionados às divulgações em notas explicativas. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na determinação e registro contábil da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa são razoáveis e consistentes e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>
<p>Mensuração do valor justo de determinados instrumentos financeiros derivativos</p> <p>Conforme divulgado nas Notas 3(e) e 5.2, a mensuração do valor justo de instrumentos financeiros derivativos é uma área que inclui subjetividade, uma vez que depende de técnicas de precificação realizadas com base em modelos internos e que envolvem desenvolvimento e seleção de premissas pela administração para valorização de instrumentos e/ou utilização de dados observáveis. Continuamos a considerar essa área como foco em nossa auditoria uma vez que o uso de diferentes técnicas de avaliação e/ou premissas podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes.</p>	<p>Nossos procedimentos consideraram, entre outros, a atualização do nosso entendimento relacionado ao processo de mensuração de instrumentos financeiros derivativos. Confrontamos os saldos contábeis com os relatórios analíticos que apresentam os saldos por operação, bem como, com apoio de nossos especialistas em precificação de instrumentos financeiros, efetuamos, em base amostral, a reperformance independente dos cálculos de mensuração do valor justo de acordo com as boas práticas de mercado e requerimentos das normas do BACEN em relação a metodologia e dados de mercado utilizados. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração na mensuração do valor justo desses instrumentos financeiros derivativos são razoáveis e estão alinhados com as informações analisadas em nossa auditoria.</p>

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade

de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre e exercício correntes e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 24 de março de 2022.



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Caio Fernandes Arantes
Contador CRC 1SP22276/O-3

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 25/03/2022 19:52
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link

<http://valor.globo.com/valor-ri/>

Hash: 1648162321194897d259a1446fa5155dbf110daf2b